

Subsídios para a História do Magistério na Paraíba a partir dos censos do INEP (1991-2006).

Marisa Tayra Teruya (CH/UEPB)
mtayra@gmail.com

Resumo:

Trata-se de fornecer elementos para um estudo do magistério na Paraíba a partir dos resultados dos documentos publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): os Censos Escolares e Sinopses do Magistério, no período 1991 a 2006. Constituem documentos estatístico-informativos referentes ao coletivo dos professores no Brasil a partir dos quais se pode acompanhar e discutir resultados das políticas educacionais implementadas no período. O recorte da pesquisa se faz em torno do levantamento Brasil/Nordeste/Paraíba, o que permite um acompanhamento da *performance* do magistério estadual nos eixos temporal e espacial. As análises estatísticas são apreendidas enquanto um discurso mediador entre os indivíduos com o mundo social, representações em que os agentes investem seus interesses e pressupostos (Bourdieu, 1996) e assim como fotografias, as estatísticas oficiais também circunscrevem uma certa imagem da instituição de ensino, que se faz relevante discutir.

Palavras-chave: magistério paraibano; censos estatísticos; Inep.

Neste trabalho, apresento algumas problematizações e resultados preliminares de uma pesquisa surgida a partir das discussões realizadas nos encontros semanais da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, componentes curriculares obrigatórios da área de Formação de Professores do curso de Licenciatura em História. Nesta perspectiva da formação, privilegiamos discussões relacionadas ao campo educacional, principalmente a partir dos anos 1990: o Encontro de Jomtiem (1990), as Leis de Diretrizes e Bases (LDB 9394/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1996), somados às discussões mais recentes na área do ensino, principalmente as abordagens culturais nas propostas curriculares. No entanto, temos sentido falta de informações relacionadas à situação do magistério paraibano e de como estes profissionais têm, efetivamente, sentido os impactos e respondido às novas demandas da área do ensino, no que toca à formação, formação continuada e perfis exigidos; quantos são e como se distribuem os

profissionais, ao lado de outras, como a distorção formação/atuação, que consiste na imposição aos licenciados atuarem em disciplinas diferentes das de sua graduação.

Para responder parte destes questionamentos, iniciamos um estudo dos Censos do Magistério, organizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), na perspectiva de elaboração de um quadro de acompanhamento de tendências da população docente, estabelecendo quadros comparativos entre os números apresentados por Brasil-Nordeste-Paraíba. Enquanto documentos, os censos não têm sido utilizados com frequência pelos pesquisadores da educação, mas devidamente problematizados, permitem várias abordagens de análises.

Nesta perspectiva, este artigo está organizado da seguinte forma: uma breve apresentação histórica das fontes estatísticas na educação no Brasil e as Sinopses do Magistério do INEP. Em seguida, os resultados da pesquisa, com as tabelas e gráficos dos números do magistério relacionados à área de atuação nas áreas administrativas federal, nordestina e paraibana, seguida da observação do grau de formação da categoria. Optamos por limitar estes dois levantamentos no âmbito do ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano), priorizando o exercício da observação e problematização dos dados.

As fontes estatísticas na educação – século XX

Os primeiros movimentos usando números no Brasil se deram ainda no período colonial e posteriormente se desenvolveram em 1829, quando foi criada a *Comissão de Estatística Geographica, Natural, Política e Civil* com vistas a organizar os dados censitários produzidos na época, mas foi com a criação do Ministério da Educação e Saúde, pelo Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, que as estatísticas na área da educação ganharam impulso tanto quanto a necessidade de organização dos dados. A partir de 1937, o INEP se envolveu na produção e análise de números sobre a educação nacional e acabou por assumir o trabalho de realizar os censos através das estatísticas educacionais.

O interesse acadêmico pela elaboração e discussão dos censos estatísticos na educação surgiu a partir dos anos 1970, paralelamente ao

desenvolvimento de softwares para o tratamento de dados, demarcando um esforço na recuperação de informações sobre os critérios utilizados na formulação de dados quantitativos antigos bem como dos conceitos que estruturaram estes levantamentos. Mesmo assim, não se trata de um campo de estudos muito amplo, por conta de que, no Brasil, segundo Faria Filho e Biccás (2000), o próprio percurso da educação brasileira apresenta uma filiação mais filosófica que dispensa informações estatísticas; pelo afastamento dos pesquisadores da educação da história quantitativa; pelo fato de a predominância do teor das pesquisas na área não passarem pelo enfrentamento dos dados estatísticos¹ e de um distanciamento entre os historiadores da educação das ciências exatas, tidas como difíceis e entediantes.

No entanto, enquanto linguagem, os números e as estatísticas tendem a se apresentar como científicas, impondo e legitimando uma descrição de mundo e se apresentando como um objeto carregado de fetiches como a imparcialidade, verdade, irrefutabilidade, racionalidade, objetividade, exatidão e neutralidade.²

Nicolau Sevcenko lembra que “pode-se fazer tudo sobre as estatísticas, exceto jurar sobre elas” (in FÁRIA FILHO e BICCÁS, 2000), ao mencionar o crescimento e importância desta área no final do século dezanove:

Com o declínio consecutivo da teologia, da metafísica, das teorias totalizantes e da polarização ideológica, os números vieram preencher o vazio, recuperando a aura pitagórica e reassumindo a vocação mística dos signos com que Deus rege o Universo. A nova seita dos neopitagóricos pulula por toda parte, erguendo templos e arrastando multidões de fiéis em estado de graça. Seus ícones são as máquinas de calcular, seus maiores instrumentos de conversão são os milagres da tecnologia. Bem-aventurados os que conhecem a técnica, só a eles será revelada a verdade, desde sempre inscrita nos números. (Nicolau Sevcenko, apud FÁRIA FILHO e BICCÁS, 2000, p. 178)

1 Quando muito, os pesquisadores apresentam dados numéricos para a própria confirmação de seus argumentos, ou seja, sem também se aventurarem pelo questionamento da fonte.

2 No caso dos censos do INEP, consistem em documentos veiculados por uma autoridade proveniente do Estado, validada por aqueles que a instauram a partir dos discursos oficiais e desta forma, legitimam ainda mais, tanto a si mesma enquanto objeto, como ao próprio poder estatal.

As categorias utilizadas nos censos estatísticos são tomados então como “naturais” e essa aparência de naturalidade acaba por reforçar a sua legitimidade como possibilidade de perceber de forma pertinente a realidade, que já foram interiorizadas pelos indivíduos e finalmente, proporciona coerência e ordenamento do mundo.

Para Bourdieu (1996), as estatísticas podem ser entendidas enquanto um discurso produzido para mediação entre as relações dos indivíduos com o mundo social, ou seja, enquanto representações, estas entendidas por ele como “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento, em que os agentes investem seus interesses e pressupostos”

Conforme Jean Louis Besson (apud GIL, 2007, p.300), é importante perceber que a descrição estatística é mais um olhar, entre outros possíveis, que a sociedade lança sobre si mesma e passa pela escolha dos elementos que devem ser preservados, ressaltados ou dispensados, de forma a podermos afirmar que as estatísticas não “revelam”, mas “constroem” fatos. Assim, como fotografias, as estatísticas oficiais permitem circunscrever uma certa imagem da instituição de ensino.

Camargo (2009) atenta para o fato de que há nele uma tendência para naturalizar diferenças sociais fundamentais e para dissolver os conflitos de classe e as diversidades culturais num discurso coerente e apolítico.

Natália Gil (2007) utiliza o conceito de representação de Chartier, que articula três modalidades de relação com o mundo social: primeiro, de empenho de classificação e delimitação de concepção da realidade por diferentes grupos, seguida das práticas, que conferem significado simbólico às posições, construindo identidades e exibindo maneiras de estar no mundo e por último, a partir das formas institucionalizadas e objetivadas que fixam em estruturas perceptíveis a existência do grupo social a partir da perspectiva daqueles que detém o poder simbólico (Chartier, apud GIL, 2007, p. 18). Para este autor, as lutas entre as representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, seus valores e seu domínio. Gil, que estudou a trajetória do INEP na primeira metade do século XX, assim apresenta os discursos advindos dos censos:

Originados no campo estatístico, os números veem-se menos constrictos por questionamentos ao passarem ao campo educacional. Os debates em torno das concepções e procedimentos que orientam a elaboração dos trabalhos estatísticos, presentes nos meios científicos em que estes são produzidos, raramente chegam ao conhecimento daqueles que atuam no campo educacional. Vindos de fora, esses recursos aparecem envoltos numa expectativa mítica e, analisados pela sua origem científica e oficial, são incluídos no debate educacional como elementos objetivos e inequívocos de prova e/ou orientação das ações tidas como mais acertadas. (GIL, 2007, p. 278).

A idéia de que os números mostram quais ações devem ser empreendidas abre espaço para uma série de “sugestões” que excedem claramente o que pode ser considerado “revelações” das estatísticas. (idem, p.284)

Para a autora, neste processo, se perdem de vista as limitações do produto, alertando que é preciso desconfiar e indagar criticamente os dados e os discursos, pois estes também permitem diferentes interpretações. Atenta para as ambigüidades das categorias estatísticas, para as lutas de representação que afetam a interpretação dos dados e para uma tensão em torno da compreensão de números como portadores de uma mensagem inequívoca e da convicção da necessidade de uma interpretação que desvele os seus sentidos. Assim, os números não devem simplesmente justificar direcionamento de práticas, mas primeiramente, devem ser questionados a partir já do próprio estabelecimento dos critérios utilizados.

Conforme destaca Jean-Louis Besson (1995), é preciso renunciar à idéia das estatísticas como fotografia da realidade e assumir que se trata, antes, de um olhar, entre outros possíveis, que a sociedade lança sobre si mesma. A escolha do aspecto que se prestará à contabilidade acaba por definir o que será dado a ver acerca de determinada população. Assim, menos do que “revelar a realidade”, as estatísticas constroem os “fatos” e criam os modos de ver. Neste sentido, entende-se que os números respondem a escolhas que não são nem completamente conscientes nem tão arbitrárias, mas que definem o ângulo de visão que é sempre, necessariamente, parcial. Essas “escolhas”, por sua vez, ligam-se aos objetivos que motivaram a busca da informação quantitativa.

O Inep e os Censos do Magistério (1991~2006)

A página do INEP (www.inep.gov.br) na internet, endereço principal desta pesquisa, disponibiliza documentos referentes ao campo educacional no país. Observa-se a preocupação com a organização de informações de acordo com segmentos do público interessado: área geral, para professores, para pesquisadores. O órgão é encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal e também é responsável pelo desenvolvimento e coordenação de sistemas e projetos de avaliação educacional, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, desde a pré-escola até a educação superior. O site proporciona ainda, o acesso a várias revistas e publicações sobre educação, inclusive a pioneira *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*³ importante veículo de debates na área.

Na seção *Censos Especiais* estão disponibilizados relatórios que não obedecem a uma periodicidade estabelecida, como os Censos da Educação Profissional (1999), Escolar Indígena (1999), da Educação Infantil (2000) e Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária-Pnera (2004). Na seção *Sistemas de Consulta* estão disponibilizadas as Sinopses Estatísticas da Educação Básica e do Ensino Superior. Para a Educação Básica, os dados pertencem aos seguintes períodos: 1991-95/ 1996/ 1997/ 1998/ 1999/ 2000/ 2001/ 2002/ 2003/ 2004/ 2005 e 2006.

Os dados trabalhados nesta pesquisa se apresentam nos Censos do Magistério e da Educação Básica (1991 a 2006). Frequentemente chamados de Relatórios, apresentam números informativos por regiões, estados e municípios. A apresentação se limita às planilhas, sem análises ou comentários críticos, disponibilizadas para as diversas leituras possíveis.

Os resultados a serem apresentados estão organizados da seguinte forma: apresentação das tabelas sistematizadas de dados acompanhadas de breves análises, que pretende mostrar o direcionamento realizado no exercício da pesquisa, no período 1991-2006. Trata-se de um período relativamente longo, de maneira que houve a necessidade de um recorte no número de

3 Lançada pelo Inep em 1944, sendo que primeiro número traz a Bibliografia Pedagógica Brasileira de 1812 a 1900

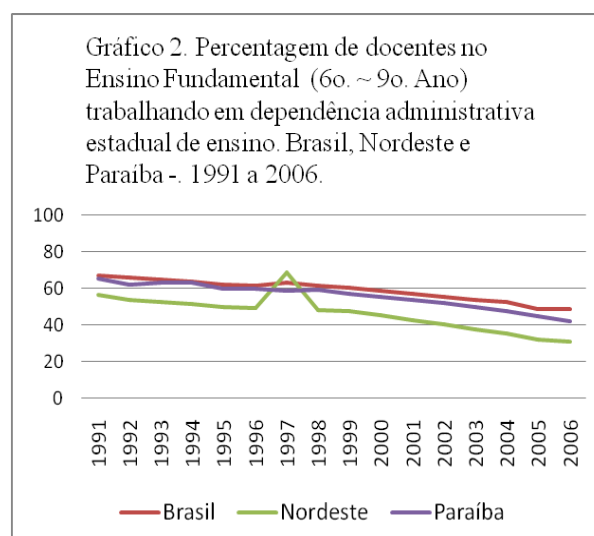
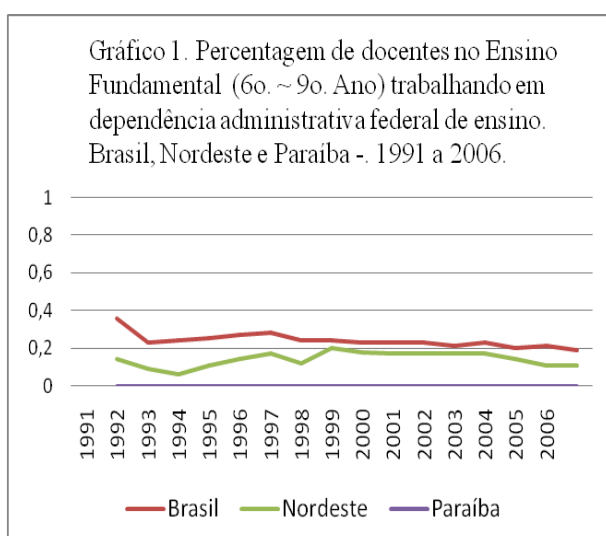
variáveis a serem observadas. Neste sentido, optou-se por rastrear as seguintes variáveis:

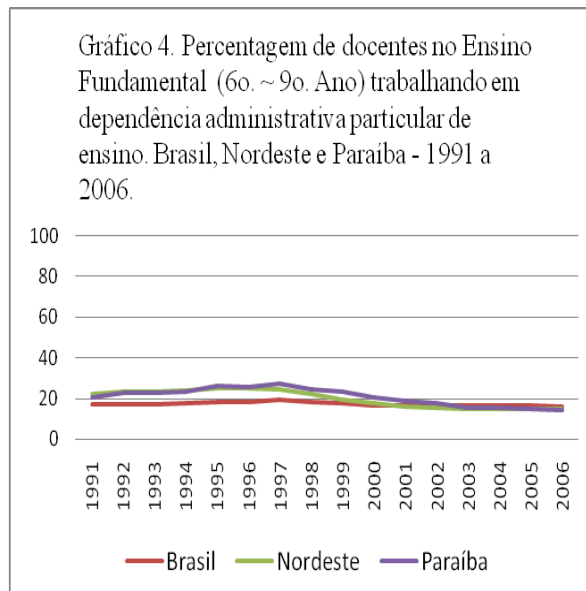
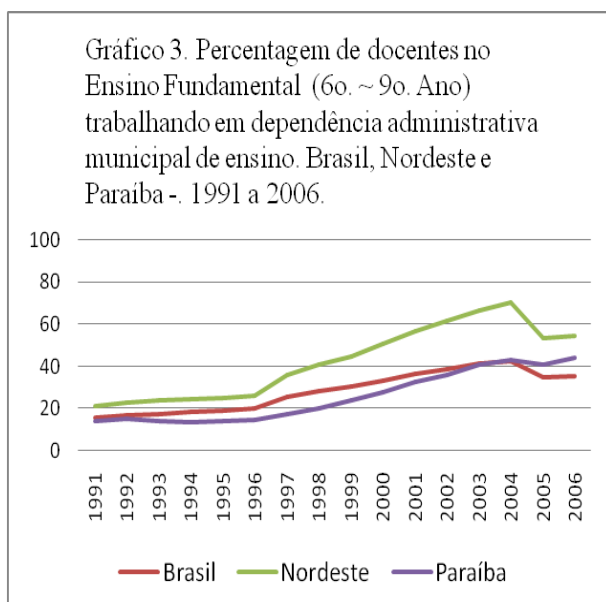
- a) sobre o nível de formação docente (fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio e superior completo) e
- b) sobre a esfera de atuação docente (rede federal, estadual, municipal ou particular).

Ao longo do período 1991-2006, algumas pequenas mudanças no formato da informação buscada. Inicialmente, entre 1991 e 1996, há uma vinculação das informações do ensino fundamental e do ensino médio, constituindo um dado único como sendo da Educação Básica. A partir de 1997 há o desvinculamento do dado, diferenciando então, o ensino fundamental do ensino médio.

Números do magistério por dependência administrativa no ensino fundamental – anos finais e situação da Paraíba (1991-2006)

Nos gráficos a seguir, apresentamos a distribuição de docentes do ensino fundamental- anos finais (6º ao 9º ano) nas esferas administrativas federal, estadual, municipal e particular de ensino, no Brasil, Nordeste e Paraíba.





Fontes: Sinopses do Magistério, 1991 a 2006 (www.inep.gov.br)

Na área administrativa federal (Gráfico1), não há atuação docente na Paraíba. É de se observar a presença mínima de profissionais atuando nesta área no ensino fundamental anos finais (para o Brasil, menos de 0,4% em 1991, apresentando declínio no período).

Na área administrativa estadual (Gráfico2), há um declínio ao longo do período, que ocorre de forma semelhante em todo o país. Há que se investigar um pico no ano de 1997 para o Nordeste, que apresenta, em relação aos anos anterior e posterior, um aumento de quase 20% na informação relatada.

Na área administrativa municipal (Gráfico3) observamos um aumento considerável das prefeituras na educação, notadamente a partir de 1996.⁴ Tal iniciativa toma impulso a partir de 1998, quando o governo federal institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), incumbindo os municípios de assumirem a responsabilidade (mas não a obrigação) pelo ensino fundamental. A estratégia para atrair o interesse de prefeitos a assumirem tal compromisso foi a liberação de recursos.

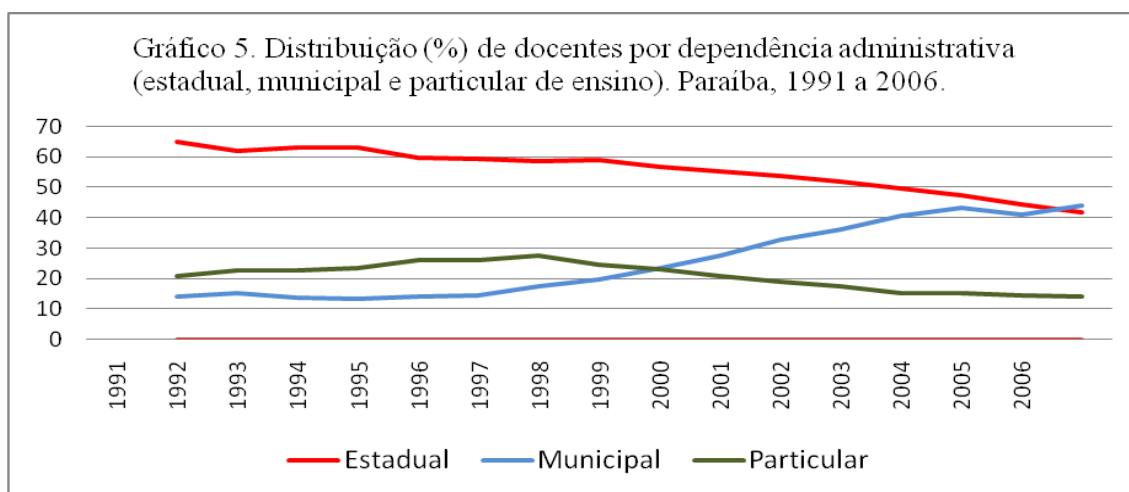
Na área administrativa particular (Gráfico4), observamos poucas alterações no período, sendo que a Paraíba e o Nordeste marcam um breve

⁴ O governo federal intensificou, a partir da década de 1990, o processo de municipalização do ensino fundamental, que compreende oito anos da vida do estudante. Tornar o ensino fundamental uma responsabilidade das prefeituras, e não mais do governo estadual, tem como objetivo aumentar a participação dos cidadãos na elaboração, implementação e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

aumento na segunda metade dos anos noventa com declínio posterior.

No geral, o que se apreende dos dados é a troca de lugar entre o Estado e as prefeituras no que tange à responsabilidade pelo Ensino Fundamental. Se a municipalização do ensino permitiu a relocação do centro de poder, permitindo a abertura de concursos para efetivos e que as negociações possam ocorrer diretamente,⁵ por outro lado, dificulta o acompanhamento de formação de professores e na aplicação de recursos por parte das prefeituras.

Para a Paraíba, podemos observar no gráfico a seguir, a distribuição do número de docentes no período analisado:



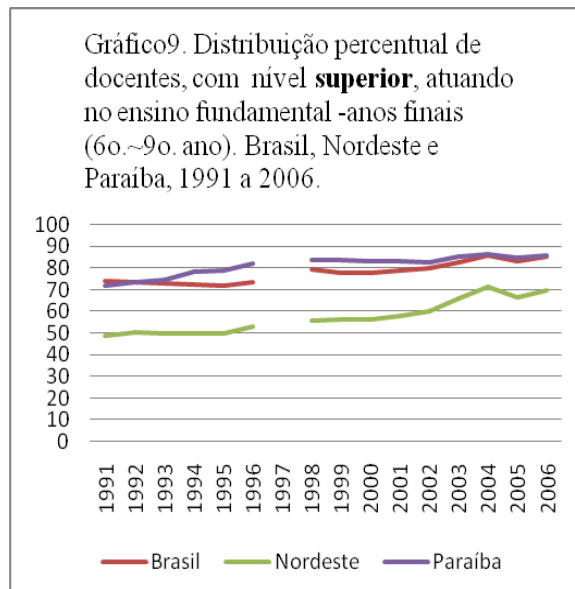
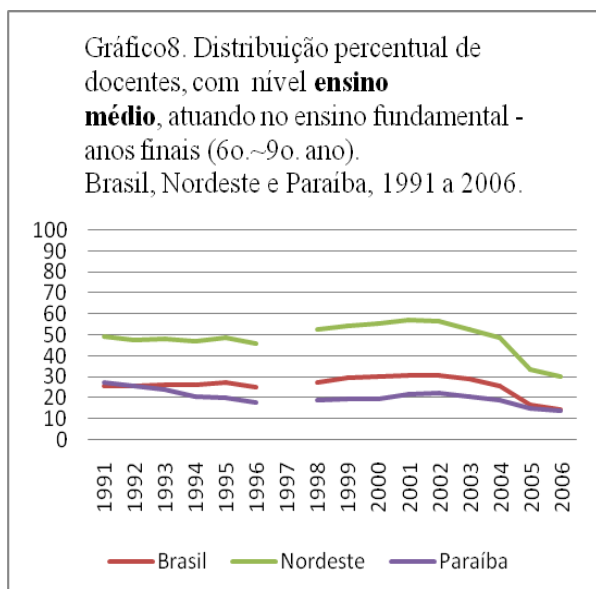
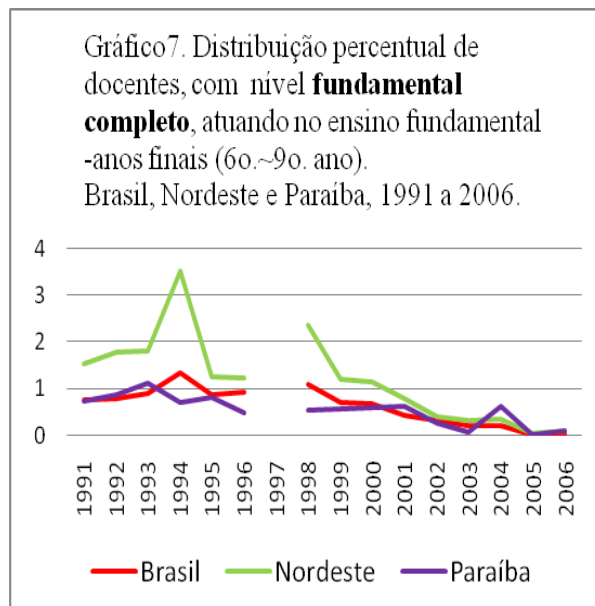
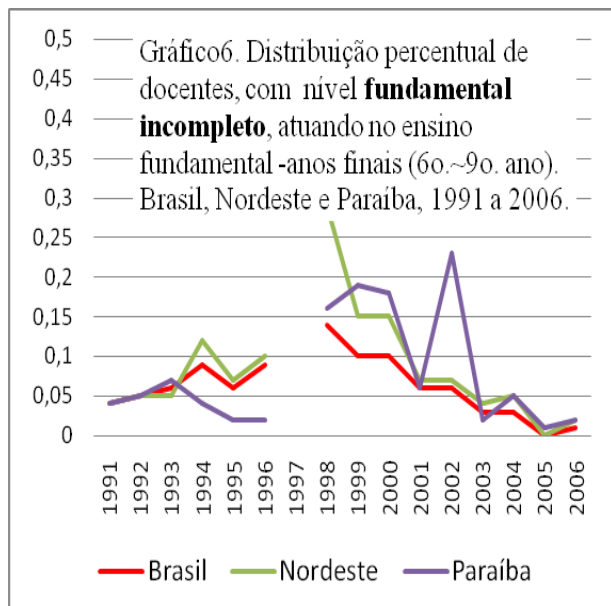
Fontes: Sinopses do Magistério, 1991 a 2006 (www.inep.gov.br)

Observe-se a troca de lugares entre o Estado e as Prefeituras a partir do final dos anos 90, sendo que em 2006, as duas esferas administrativas se encontram, respondendo, cada um, por 44% dos docentes na Paraíba. As escolas particulares no Estado merecem estudos mais específicos que possam explicar seu declínio entre os anos de 1998 (27,4%) e 2006 (14,3%).

Formação do magistério por dependência administrativa no ensino fundamental – anos finais e situação da Paraíba (1991-2006)

⁵ Uma das principais justificativas para a municipalização é que, tanto professores como diretores, além dos próprios pais e alunos, tinham uma relação distante com o governo federal, e ao tornar o município responsável pela educação, eles estariam mais próximos da administração

A seguir, seguem os gráficos obtidos no acompanhamento da formação docente do magistério atuante no ensino fundamental – anos finais (6º ao 9º ano), nos âmbitos Brasil, Nordeste e Paraíba. É necessário observar a ausência de dados para o ano de 1997 e também a discrepância entre os níveis de formação “fundamental incompleto” e “fundamental completo” e os de “ensino médio” e “ensino superior”, sendo que o primeiro se apresenta em escala de 0,5% e o segundo não ultrapassa 4% do total docente.



Fontes: Sinopses do Magistério, 1991 a 2006 (www.inep.gov.br)

O gráfico 6, apesar de expressar valores extremamente baixos, mostra indica irregularidades no envio das informações da Paraíba, enquanto as linhas

referentes ao Nordeste e Brasil caminham paralelamente enquanto os gráficos 7 e apontam para um decréscimo gradual do grupo com formação “fundamental completo” e “ensino médio”, paralelamente ao aumento progressivo do grupo com “ensino superior”. Observe-se que a linha da Paraíba tem apresentado uma performance superior à média do Nordeste, de maneira geral.

Pela tabela, podemos acompanhar a trajetória de como o magistério paraibano tem se apresentado no que se refere à formação, entre os anos de 1991 e 2006:

Tabela. Grau de escolaridade dos docentes que atuam no ensino fundamental - anos finais no Estado da Paraíba. 1991 - 2006.

Ano	Fundamental incompleto		Fundamental completo		Ensino médio		Ensino superior		Total Geral
		%		%		%		%	
1991	4	0,04	72	0,73	2725	27,49	7111	71,7	9912
1992	5	0,05	90	0,86	2707	25,84	7676	73,3	10478
1993	8	0,07	121	1,12	2595	24,07	8056	74,7	10780
1994	4	0,04	79	0,71	2336	20,88	8767	78,4	11186
1995	2	0,02	93	0,81	2301	20,11	9047	79,1	11443
1996	2	0,02	57	0,49	2069	17,66	9591	81,8	11719
1997									
1998	19	0,1	66	0,5	2335	18	10245	82,0	12247
1999	24	0,19	72	0,5	2474	18	10677	82,0	12796
2000	25	0,18	84	0,61	2704	19	11469	81,0	13760
2001	9	0,06	93	0,62	3209	19	12395	81,0	14907
2002	37	0,23	43	0,27	3559	19	13216	82,0	15987
2003	4	0,02	14	0,08	3567	18	14933	82,5	17510
2004	10	0,05	112	0,62	3477	17	15705	83,0	18187
2005	1	0,01	4	0,02	2741	14,99	15544	85,0	18290
2006	4	0,02	17	0,09	2634	14,14	15978	85,8	18633

Fontes: Sinopses do Magistério, 1991 a 2006 (www.inep.gov.br)

Algumas questões para serem problematizadas:

- sobre as diferenças surgidas nos anos de 1998 a 2002 na coluna do ensino fundamental incompleto, que apresenta números mais elevados do que os anos anteriores;

- atentar para os anos 1993 e especialmente o ano de 2004, que apresenta disparidade entre o ano anterior e posterior;
- observar a gradual migração do grupo pertencente à coluna “ensino médio” para a coluna “ensino superior”, evidenciando o sucesso no incentivo à política de profissionalização de professores na última década.

Algumas considerações

Ao analisar os censos, é importante observar a intencionalidade dos vários discursos vinculados à sua organização e às suas leituras e de como os vários campos interessados têm se utilizado dos dados numérico-estatísticos, aqui entendidos como uma linguagem e forma de representação de mundo, para legitimarem *status* e poder simbólico às suas iniciativas. Isto nos obriga sempre a uma revisão de nosso próprio olhar sobre os censos estatísticos, nos alertando sobre uma leitura pretensamente “objetiva”.

Nos recortes apresentados, observamos um deslocamento maciço da categoria da administração estadual para a dependência administrativa dos municípios, o que implica em vantagens e desvantagens, conforme discutido no texto. Por outro lado, é patente o esforço no sentido de profissionalização do magistério, que ao longo das últimas duas décadas tem elevado progressivamente sua taxa de escolaridade, contando com incentivos e políticas várias.

É importante lembrar que estes dados estatísticos, ao tratar numericamente realidades distintas, acabam por homogeneizar aspectos que devem ser mais bem observados. Por exemplo, a melhoria das taxas de qualificação docente não tem sido questionada à luz da divulgação dos resultados das avaliações de alunos do ensino fundamental, médio (SAEB, ENEM, PISA),⁶ e que têm apresentado notas bastante sofríveis.

Vale lembrar também que os números e estatísticas têm sido divulgados de maneira geral, sem maiores análises que possam expressar especificidades estaduais ou regionais, já que tal tarefa deve, obviamente, ficar a cargo dos pesquisadores locais.

⁶ Saeb: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; Enem: Exame Nacional do Ensino Médio; Pisa: Programa Internacional de Avaliação de Estudante.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRASIL. Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [República Federativa do Brasil] Brasília, v.134, n.248, 27833-27842, dez. 1996. Disponível em:<<http://www.mec.gov.br/home/legislação>.

CAMARGO, Alexandre de P. R.C. Constituição e Autonomização do Campo Científico da Estatística no Brasil (1870/1914). Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/ALEXANDRE%20DE%20PAIVA%20RIO%20CAMARGO.pdf>>, acessado em 01 fevereiro de 2009.

CASTRO, Maria H. G. A melhoria dos indicadores educacionais. In: VÁRIOS. **Educação para todos**: avaliação da década. Brasília: MEC/INEP, 2000

FARIA FILHO, Luciano M. de; BICCAS, Maurilane de S. Educação e Modernidade: a estatística como estratégia de conformação do campo pedagógico brasileiro (1850-1930). In: **Educação e Filosofia**. V14, n27-28, p.175-201, jan-jun e jul-dez, 2000. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/741/674>>. Acessado em dez. de 2008.

GIL, Natália de L. A Dimensão da Educação Nacional: um Estudo Sócio-Histórico Sobre as Estatísticas Oficiais da Escola Brasileira. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Natália de L. Aparato burocrático e os números do ensino: uma abordagem histórica. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 479-502, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a1138134.pdf> , com acesso em janeiro de 2008.

THIRY-CHERQUES, H.R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**. Rio de Janeiro 40(1): 27-55. 2006.

Fontes INEP (inep.gov.br)

Censo do Professor 1997,

Censo da Educação Profissional 1999,

Censo da Educação Infantil 2000,

Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

Censo do Professor 1997,

Censo da Educação Profissional 1999,

Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica 2003

Sinopses Estatísticas da Educação Básica e do Ensino Superior: 1991-95/ 1996/ 1997/ 1998/ 1999/ 2000/ 2001/ 2002/ 2003/ 2004/ 2005 e 2006.

Documento Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade na Educação, 1994